

Autonomia

Afixado por claracaldeira - 22/05/06 12:05

Que tipo de autonomia e que mecanismos de responsabilização devem ser postos em prática nas escolas?

Re:Autonomia

Afixado por ruis - 01/06/06 23:06

Se partirmos do princípio de que todas as escolas dispõem de idênticas condições materiais e humanas para funcionarem, a sua autonomia deve alargar-se às "variáveis" que cada zona ou região apresentam, uma vez que o actual sistema educativo considera importante integrar as aprendizagens nos contextos regionais, não apenas por motivos pedagógicos mas também por questões práticas relacionadas com a integração do indivíduo, não só socialmente mas também profissionalmente. Nesse sentido, as escolas devem funcionar em articulação com as autarquias no sentido de terem acesso com facilidade aos recursos locais, sejam eles pavilhões desportivos, museus, autocarros, técnicos das mais variadas áreas, etc... Deve ser da competência da escola a planificação da utilização desses recursos, uma vez que é a esta que cabe a responsabilidade dos actos pedagógicos; muito disto já se faz mas existem limitações de várias ordens. Quanto aos mecanismos de responsabilização, se a questão se refere à responsabilização dos professores pela sua prática pedagógica, esses já existem pois os docentes não trabalham isoladamente mas sim organizados em grupos e departamentos no seio das escolas; a organização do trabalho e a coordenação do mesmo assim como se afere do sucesso das práticas educativas utilizadas; segundo o actual modelo de progressão na carreira, os docentes para além do número de horas de formações que têm de frequentar até à data de progressão, têm também de apresentar um relatório crítico de actividade docente que é analisado por uma comissão nomeada para o efeito e que irá classificar o trabalho levado a cabo pelo docente em questão.

Re:Autonomia

Afixado por Bernardo Reis - 30/11/06 13:11

O Ministério da Educação (M.E.) está a implementar uma maior autonomia para as escolas, mais concretamente agrupamentos verticais (jardins de infância, escolas do 1.º ciclo e escolas do 2.º e 3.º ciclo) e escolas secundárias. Esta maior autonomia é benéfica se forem tidas em consideração algumas questões, que passo a enumerar:

- 1) A contratação directa pelas escolas de docentes terá de obedecer a alguns critérios gerais de selecção, definidos superiormente, pois podemos correr o risco de uma escola fazer um concurso onde apenas um e um só docente pode concorrer;
- 2) É necessário continuar a respeitar a lista graduada nacional e só em caso de empate o currículo pode servir para desempatar. Senão corremos o risco de ter docentes com alguns anos de serviço e mais experiência a serem ultrapassados por docentes com poucos anos de serviço e menos experiência;
- 3) A forma como actualmente se realizam as contratações directas pelas escolas deve ser alterada, pois nem todas as escolas publicam as ofertas de escola em jornais de grande tiragem, os anúncios são realizados de muitas formas e por vezes esses anúncios não são publicados nos sites das direcções regionais de educação;
- 4) Acho ainda, que esta contratação directa pelas escolas vem trazer mais burocracia e trabalho extra às escolas e aos directores, que se junta a tudo o que já é necessário fazer. Parece-me que não é assim que se obtém uma maior racionalização e eficiência na gestão dos recursos docentes;
- 5) O concurso nacional deve continuar a existir, quer para quadros de escola, quadros de zona pedagógica e para contratação. A contratação das escolas deve ser pontual e para resolver problemas temporários e para áreas onde não haja docentes;
- 6) Definir muito bem como vão ser os contratos de trabalho, para não acontecer como com o Inglês no 1.º ciclo em que cada câmara municipal paga o que quer e onde existem docentes a ganhar 4 euros por hora e outros 12 euros por hora.

A autonomia é interessante para agilizar vários processos na escola e para a tornar mais eficaz, mas é necessário ter em conta a legalidade e não ajudar a promover a "cunha". Se não houver este cuidado podemos correr esse risco e só ir trabalhar quem tem uma boa "cunha" e não os melhores e com mais tempo de serviço e melhor graduados na lista nacional.

P.S.1 - Qual a razão de não ser possível às escolas completar os horários dos docentes com as horas sobranter e terem de contratar, para essas horas, outro docente? (Despacho Interno Nº3 SEE/2006) Será para assim se poder dizer que o desemprego é menor? Assim ficam dois docentes com horários incompletos e não se faz uma gestão eficaz dos recursos humanos.

P.S.2 - Se o M.E. quer eliminar 5000 contratações, qual a razão de não ter aberto vagas no quadro para os docentes que ocupam essas vagas? A maioria desses contratos são horários completos e necessidades permanentes das escolas.

Muitos desse docentes trabalham ã 10 ou mais anos para o M.E., logo toda a sua experiãncia e saber acumulado nã£o deve ser deitado fora. Assim ditam as regras de uma boa gestã£o e racionalizaã§Ã£o de recursos humanos.

=====